

SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: O CASO DA AÇÃO EDUCATIVA DA ARQUIDIOCESE DE NATAL (1944-1964)

Marlúcia Paiva¹

RESUMO

Esta pesquisa estuda a ação educativa da Igreja Católica no Rio Grande do Norte. A Igreja, através da Arquidiocese de Natal, desenvolveu, no pós-guerra, atividades denominadas de Movimento de Natal, na qual dois movimentos se destacam: o primeiro, nos anos 50, voltado para o desenvolvimento de comunidades rurais. O segundo, últimos anos da década de 50 e primeiros de 60, direcionado para a educação (Escolas Radiofônicas e Movimento de Educação de Base - MEB) e sindicalismo rural. O estudo revela uma igreja em permanente organização de leigos, através da Ação Católica, ampliando sua evangelização.

ABSTRACT

This is a study about the educative action of the Catholic Church in Rio Grande do Norte. The church developed some kind of action known as Movimento de Natal, in which there two salient moments: the first, corresponding to the 50's, where its activities were concerned with the organization and development of rural communities. The second one, from the late 50's to the early 60's, when the church turned back to education (Radiofonic School and Base Movement Education) and to the rural syndicalism. It shows a church in constant organization of personnel - laymen from the Catholic Action.

1 - O MOVIMENTO HISTÓRICO DE RENOVAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

O crescimento da indústria brasileira, no período da modernização iniciado nos anos 30, foi progressivamente deslocando do poder as elites agro-exportadoras, fortalecendo o projeto político-econômico de setores da burguesia ligados ao capital industrial e financeiro (em fase de consolidação), que percebiam na industrialização a chave para o desenvolvimento brasileiro.

Entretanto, no projeto político-econômico das elites burguesas, o Estado assumirá cada vez mais um papel intervencionista na economia, como agente regulador do mercado, protegendo e subsidiando a indústria nacional, marcadamente através de um política de planejamento global.

Mais tarde, esta interpretação histórica encontrou respaldo teórico nas idéias desenvolvimentistas divulgadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nos anos 50.

Paralelamente a esses acontecimentos, os trabalhadores rurais, paulatinamente expulsos do campo, que entrara no circuito de expansão do capital, iniciam um processo de organização e mobilização, criando associações, ligas camponesas e sindicatos rurais. Foi principalmente a partir da década de 50 que ocorreu um incremento na participação destes trabalhadores rurais na vida política brasileira.

Por outro lado, o êxodo rural vinha se revelando como um problema preocupante para as classes dirigentes. Se, por um lado, poderia diminuir áreas de tensão no campo (a exemplo do Nordeste), por outro "inchava" as cidades, criando verdadeiros cinturões de pobreza nas periferias dos grandes centros urbanos.

Essa conjuntura então vigente e a emergência do trabalhador rural como força política, sob a liderança do Partido Comunista e das Ligas Camponesas, soaram como um sinal de alerta para a Igreja. Esta, que, segundo Pio XI, já havia perdido, no século XIX, a massa operária, agora, no século XX, estava ameaçada de perder um outro segmento da classe trabalhadora: os trabalhadores rurais.

Em 1950, D. Inocêncio Engelke, da Diocese de Campanha MG, por ocasião da "Primeira Semana Rural", em sua carta pastoral "Conosco, sem Nós, ou Contra Nós se fará a Reforma Rural", denuncia as condições de vida sub-humanas do trabalhador rural, alertando também para a possibilidade que a ocasião ensejava, da intervenção de "agitadores" na tentativa de subverter a ordem vigente. Diz ele:

"E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que nos indicam as diretrizes da Igreja". (Engelke, 1976:44-46).

Nessa carta pastoral, observam-se os primeiros momentos do despertar da Igreja para a **questão rural**. Diante dos relatos e do receio do avanço, no meio rural, de outras religiões (protestantismo, espiritismo, religiões afro-brasileiras), a Igreja, vista como uma hierarquia eclesiástica, passou a adotar uma política de intervenção mais direta na área social, em particular nos setores rurais. Contando com a participação efetiva dos leigos, organizados na Ação Católica, voltou sua atenção principalmente para as regiões campestres, promovendo, de início, Missões Rurais e Semanas Ruralistas e, depois, sindicalismo rural e educação de base.

A Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, foi pioneira nesse processo renovador, criando, conjuntamente com os leigos da Ação Católica, um movimento que alcançou repercussão internacional e passou à história com o nome de "Movimento de Natal". Esse movimento, considerado reformador, modernizante (Ferrari, 1968; Camargo, 1971), foi precursor do espírito de mudanças que tomou conta de setores da Igreja brasileira e introduziu técnicas de trabalho e atividades variadas, depois estimuladas pelo

Concílio Vaticano II, a exemplo das pastorais de conjunto, educação pelo rádio, campanhas da fraternidade.

Se bem que àquela época, Gramsci não fosse um autor conhecido nos meios eclesiásticos, hoje se pode dizer que houve uma certa intuição do papel político dos intelectuais ressaltado por este pensador (1981:21), na função organizativa” desse segmento social, na emancipação da massa humana. Ele afirma não existir “organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”. Teria sido, portanto, nessa perspectiva que a Igreja iniciou um processo de “organização” de quadros dirigentes ou de uma elite: a Ação Católica que vai, através de seus intelectuais, exercer uma “ação católica”² nesse processo organizativo/renovador. Nessa época já estava superado o modelo de intervenção política através de um partido ou de uma organização partidária como fora a Liga Eleitoral Católica. O novo movimento, sem constituir um partido político, apresenta um nível e uma estrutura de organização semelhantes. Atuou como um corpo auxiliar formado por intelectuais leigos, a serviço da Igreja - hierarquia -, pondo em prática essa nova política social. Serviu de elo de ligação entre a Igreja - corpo espiritual - e o mundo - corpo profano, transmitindo-lhe a doutrina católica, dizendo atuar, “fora e acima dos partidos”, como vanguarda do catolicismo. Tornou-se, portanto, uma importante divulgadora do pensamento social da Igreja, ou em termos atuais, um importante grupo de formação de opinião, além de participar de experimentos e projetos, que se disseminaram por todo o país, a exemplo do denominado Movimento de Natal.

2. O MOVIMENTO DE NATAL

O Movimento de Natal tem seus antecedentes no reordenamento, em 1944, da Juventude Feminina Católica (JFC) e na criação da Juventude Masculina Católica (JMC), em 1945. Foi a partir da criação da JMC e, no ano seguinte, da instalação da Escola de Serviço Social que as atividades que iriam compor o Movimento de Natal ganharam maior dimensão.

Autores como Ferrari (1968) e Camargo (1971) atribuem a arrancada inicial desse movimento aos esforços dos padres Eugênio Sales e Nivaldo Monte³, e de mais alguns sacerdotes que se diziam preocupados com a crise social, econômica e moral pela qual passava a cidade de Natal, após o fim da guerra e da retirada das tropas aliadas, sediadas na Base Área de Parnamirim, município vizinho. Diante da omissão das autoridades governamentais, aqueles sacerdotes resolveram exercer um “apostolado de ação”, atuando em áreas carentes da cidade, dizendo sair do âmbito interno das igrejas e sacristias.

Entretanto, sem negar o espírito combativo desses eclesiásticos, considera-se a ação desenvolvida pelo Movimento de Natal como fazendo parte de um contexto maior de mudanças ocorridas no pós-guerra, pelo reordenamento do mercado mundial e ampliação do modelo capitalista de produção. A Igreja, diante dessa conjuntura mundial, sente necessidade de modificar sua ação pastoral, modernizando-se e adequando-se àquele momento histórico. Daí o fortalecimento da Ação Católica e as mudanças introduzidas com seu “apostolado da ação”, em lugar de um exclusivo “apostolado da oração”.

Na verdade, até 1945, a ação social desenvolvida pela Ação Católica, no Rio Grande do Norte, era incipiente. Tratava-se de um trabalho puramente catequético e/ou assistencialista, praticamente não existindo um movimento social, pelo menos nos moldes introduzidos pelo Movimento de Natal.

A partir de 1945, com a atuação da JFC e da Escola de Serviço Social, as atividades do Movimento de Natal ganharam maior dimensão.

A JMC, JFC e a Escola de Serviço Social, com a técnica de “organização e desenvolvimento da comunidade”, exerciam uma atividade social e catequética variadíssima, atingindo diferentes segmentos sociais, nas áreas periféricas de Natal. Criaram, em diversos bairros da cidade, escolas, ambulatórios, centros-sociais, orfanatos, clubes de mães e um internato para assistência a menores - o Patronato de Ponta Negra - que a partir de 1952, passou a ser utilizado como local para treinamento de líderes rurais e, também, para encontros e cursos do secretariado da CNBB no Nordeste.

Na primeira fase desta evolução, a atuação do Movimento de Natal restringiu-se à área urbana. Depois, no início dos anos 50, estendeu-se ao campo, particularmente com a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR). Contou, para isso, com o apoio de inúmeros políticos e representantes de órgãos federais e estaduais, como atesta a vasta correspondência do então Pe. Eugênio Sales, constante nos arquivos do Serviço de Assistência Rural (SAR), na Arquidiocese de Natal.

2.1. O Serviço de Assistência Rural (SAR): As Semanas Ruralistas e As Missões Rurais

O SAR surgiu propondo-se a coordenar e executar a ação social e catequética da Igreja na área rural. Foi criado na época de expansão da Ação Católica, com o objetivo de formar agentes pastorais. Naquele momento, a nível nacional, despontava a política desenvolvimentista, como expressão de proposta para o crescimento econômico do país, que utilizava inclusive as técnicas de **desenvolvimento de comunidade** como uma das suas estratégias de trabalho.

Foi em meados de 1950, que Pe. Eugênio Sales com o então Mons. Hélder Câmara (Assistente Nacional da ACB) e o Dr. João Gonçalves (alto funcionário do Serviço de Informação Agrícola - SAI - e ex-presidente da Ação Católica Rural), planejaram a realização da I Semana Rural do Rio Grande do Norte. Durante os preparativos dessa Semana (1951) instalou-se o SAR, ao mesmo tempo em que estavam em andamento os preparativos para a I Semana Rural, no Estado do Rio Grande do Norte, realizada de 22 a 27 de janeiro de 1951, na Escola de Agricultura de Jundiá - próximo a Natal, como desdobramento do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em 1949, e da Missão Rural de Itaperuna (RJ), em 1950.

Na realidade, essas atividades do Movimento de Natal estavam em conexão com as políticas sociais do Governo Federal para a área rural, pois, com o término da Segunda Guerra e o avanço dos liberais democráticos, foi posto em discussão o problema da educação de massas. A educação/

alfabetização passaram a ser percebidas como instrumentos que favoreciam à política do governo: através destas se construiria uma nova sociedade democrática. Era importante, portanto, ampliar a participação na vida política de maiores contingentes eleitorais.

Com a instalação do SAR, em outubro de 1950, as atividades do Movimento de Natal saíram de atuação puramente urbana estendendo-se à área rural. Conexões feitas com a Ação Católica Brasileira (ACB) e com programações criadas pelos Ministérios da Educação e da Agricultura, e outros organismos na área rural, foram moldados a nova feição do Movimento.

Um outro resultado da Semana Rural foi a publicação da Carta Pastoral dos Bispos do Rio Grande do Norte sobre o "Problema Rural do Estado". Esse documento foi considerado um dos marcos da atuação da Igreja sobre a realidade rural, embora apresente uma visão ingênua da problemática. Não questiona, por exemplo, em nenhum momento, as relações de produção, o grau de exploração da força de trabalho e a concentração da posse da terra nas mãos de poucos proprietários, ou seja, ignora a estrutura fundiária vigente e a estrutura social que se estabeleceu a partir dela.

Também como consequência da Semana ocorreu a criação da "Missão Rural Ambulante" que se destinava a prestar serviços de assistência religiosa e moral, médico-dentária, educacional, recreativa, além de orientação agropecuária às populações camponesas numa linha predominantemente assistencialista. Funcionou até fins de 1954, quando por efeito de acordo anteriormente assinado entre o SAR e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, foi substituída pela Missão Rural do Agreste, no município de Nísia Floresta, com atuação permanente.

O SAR realizou ainda 14 Semanas Rurais, no período de 1951 a 1959. Obteve, porém, resultados insignificantes na modernização da economia rural, norte rio-grandense, o que era também objetivo proposto inicialmente.

Mas, na verdade, entendemos que as Semanas alcançaram os seus reais objetivos, pois foi a partir da I Semana Rural (1951) que o SAR

conseguiu subvenções do Governo Federal, através de acordos e convênios celebrados, voltados para a área rural. Já no ano seguinte, em 16 de maio de 1952, o SAR assinou convênio com o CNER para assistência técnica e financeira a projetos a serem empreendidos na zona rural. Com o financiamento da CNER a Igreja pôde desenvolver um amplo trabalho de organização e desenvolvimento de comunidades.

Outro objetivo, alcançado com as Semanas Rurais foi a divulgação da doutrina cristã, afastando o “espectro do comunismo do meio rural”, pois como se lia em uma publicação do Movimento de Natal *“quem quer que tenha aberto os olhos poderá constatar que o nosso meio rural não é evangelizado. Entretanto, o homem do campo ou será evangelizado ou paganizar-se-á: são os dois extremos da mesma cadeia”* (Jornal O Ruralista, v.1, n.1, 1951).

A Igreja, através do SAR, como órgão de Ação Católica, atuou nesse contexto como um intelectual, agindo como interlocutor entre as classes dominantes e a classe trabalhadora, organizando as comunidades rurais, assumindo o papel de promotora de equalização social, fator de harmonia e colaboração entre as classes.

Acreditando em seu mandato divino, a Igreja situava-se acima das coisas terrenas: seu reino transcendia às classes sociais, logo se julgava possuir a capacidade de promover a justiça social, acima das contingências da estrutura social.

Na verdade, utilizaram-se os membros da Ação Católica, radicados ao SAR, para transmitir às populações locais uma proposta educacional nem sempre formulada a partir da realidade, numa prática estranha às suas vidas, respaldada nas diretrizes teórico-metodológicas da CNER. O conteúdo provinha dos ensinamentos da Igreja, mas a maneira de desenvolver as atividades seguia o modelo ou a técnica proposta pela CNER.

As Missões Rurais e as Semanas Ruralista no RN, obedeceram a uma mesma linha de ação: representaram o início de renovação da ação social da Igreja no campo, ação que vai aprofundar-se no final dos anos 50 e começo dos anos 60, com o sindicalismo rural e as escolas radiofônicas.

2.2. As Escolas Radiofônicas, o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicalismo Rural

2.2.1. As Escolas Radiofônicas e o MEB

Há, por parte da Igreja do Nordeste, nos anos 50, um grande despertar para a **questão agrária**. Durante quatro séculos, a área rural não esteve entre as prioridades daquela instituição religiosa. A primeira manifestação da Igreja Católica, no Brasil, sobre esta questão, ocorreu em 1950 com a Carta Pastoral de D. Engelke, anteriormente citada.

A Igreja voltou-se, então, para o homem do campo de uma maneira cautelosa, mas persistente, alargando cada vez mais sua área de influência. Na Arquidiocese de Natal, se antes atuou de forma eventual com as Semanas Rurais e/ou Missões Rurais Ambulantes, logo ingressou no campo da alfabetização, com a criação das "Escolas Radiofônicas", em 1958, levando a educação de base para o campo e, também, paralelamente, o sindicalismo rural.

Foi a partir do conhecimento da experiência de Mons. José Joaquim Salcedo, em Sutanteza (Colômbia), com educação pelo rádio que, em 1958, D. Eugênio Sales, então Bispo-Auxiliar de Natal, incorporou mais uma atividade ao Movimento de Natal: as Escolas Radiofônicas. No início, era um setor do SAR destinado à educação rural. Depois, notadamente a partir de 1962, sua ligação organizacional com o MEB e, devido à nova orientação dada a esse órgão pela denominada esquerda católica, as escolas radiofônicas ganharam maior dependência e transmitiram um conteúdo programático mais contestador.

Essas escolas desenvolveram, no início, um programa de educação de base em 10 municípios do Rio Grande do Norte. Em 1959, a Emissora de Educação Rural - rádio que veiculava as aulas - já atingia 36 municípios: 34 na Arquidiocese de Natal, 1 na Diocese de Caicó e 1 na de Mossoró.

Com essa atividade a Igreja propunha-se a não somente alfabetizar, mas também conscientizar e politizar as populações rurais. Entretanto, os conteúdos trabalhados pelas "escolas" obedeceram a uma linha tradicional de ensino, ministrando aulas para as cinco séries do antigo curso primário. A

inovação ficava por conta da utilização do rádio, instrumento de comunicação de massas, com o poder de difundir qualquer mensagem, inclusive - no caso - o pensamento católico junto às massas rurais. Por ocasião do I Encontro de Educação de Base, em Aracaju (SE), 1960, através de entendimentos mantidos com o presidente eleito, Jânio Quadros, estendeu-se a experiência para outros Estados do Nordeste, criando-se o MEB em 1961, como fruto da colaboração entre a Igreja e o Estado, podendo influenciar de forma mais "organizada" entre os fiéis.

○ novo organismo se propunha a contribuir para um desenvolvimento integral de adultos e adolescentes em áreas subdesenvolvidas do país, mediante o processo de educação de base, que não se resumia em simples alfabetização mas num "*planejamento mais complexo, que possibilite a conversão de homem em Homens, de massa humana em povo consciente, única maneira de fazê-lo chegar a ser povo de Deus*" (MEB, 1982).

Entretanto, como o MEB se autodenominava "movimento da Igreja" e estava subordinado aos bispos, ficava, muitas vezes, na dependência de suas decisões e, apesar da linha progressista essa orientação, tendo em vista as posições moderadas ou conservadoras dos bispos diocesanos, a exemplo do que aconteceu em Natal. A discordância entre D. Eugênio Sales e a direção nacional do MEB cresceu a ponto de S. Ex^ª. proibir a presença daquela equipe em Natal.

Apesar dessas divergências, o MEB desenvolveu um amplo trabalho com as populações rurais. A estratégia de trabalhar através de líderes comunitários - previamente escolhidos e treinados para serem os monitores das aulas - facilitou a ampliação desse movimento.

○ monitor, líder rural, intelectual no sentido gramsciano, desempenhou um papel muito importante em toda a experiência. Exerceu um trabalho voluntário e serviu como elemento de ligação entre a comunidade e a Igreja. A ele cabia dinamizar, junto aos alunos, as aulas transmitidas pela rádio e, freqüentemente, liderar as demais atividades que a Igreja queria desenvolver naquela comunidade. Tornou-se membro de uma elite como capacidade diretiva

e organizativa (Gramsci: 1979), assegurando à Igreja as condições de direção e controle das populações rurais, setor onde tradicionalmente exerceu influência.

O MEB, mesmo sendo um movimento de Igreja, não seguiu rigidamente suas diretrizes. Apesar de possuir uma estrutura verticalizada (equipes nacional, estadual e local), havia uma certa descentralização em suas atividades, permitindo a cada sistema nuclear desenvolver uma programação própria. Aliado a esse aspecto, o fato de ser um Movimento coordenado por leigos também contribuiu para essa diversificação, ao ponto de permitir a seus agentes, diferentes graus de envolvimento nas lutas dos trabalhadores por transformações sociais.

Entretanto, pode-se dizer que a proposta veiculada pelo MEB era idealista. Seus pressupostos filosóficos tinham uma dimensão cristã, que na teologia dominante da época era incompatível com uma análise mais radical que tomasse por base as reais condições de produção e exploração da sociedade capitalista. Só recentemente, a Teologia da Libertação viria oferecer novas categorias de reflexão teológica para esta problemática.

Fávero (1984:89-90), que foi um dos seus coordenadores nacionais, diz que:

"a luta de classes decididamente não se coloca como estratégia para o MEB, (...) nem jamais será aceita como tal".

Apesar do anticomunismo expresso em diversas ocasiões, a Arquidiocese de Natal também sofreu pressão das forças que assumiram o poder em 1964. O MEB e o movimento sindicalista foram os mais visados por desenvolverem atividades consideradas subversivas. Em 1965, as verbas foram rareando e, em 1966, com o fim do convênio com o MEC - assinado pelo prazo de 5 anos, em 1961 - houve o corte quase total dos recursos. Em Natal, o MEB funcionou até 1987, embora sem a pujança do período inicial.

2.2.2. O Sindicalismo Rural

Os trabalhos do SAR foram desenvolvidos de maneira integrada. Existiam diversos setores - escolas radiofônicas, colonização, sindicalismo,

artesanato, cooperativismo etc. - mas, no momento da realização das atividades, dos encontros e estudos todos trabalhavam em conjunto, não existindo campos distintos de atuação. O sindicalismo rural tornou-se mais um setor do SAR, talvez o de maior repercussão.

Em fins de 1959, no RN, lideranças de trabalhadores e políticos, representantes de forças progressistas, resolveram procurar a Igreja, que já desenvolvia trabalhos no campo, a fim de criar sindicatos na área rural. Em princípio a proposta foi aceita, desde que tivesse amparo legal.

“A Igreja pretendia apoiar a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, desde que estes pudessem ser reconhecidos pelo Estado, enquadrados na LEI” (Calazand, 1983:12).

O sindicalismo rural, no RN, teve total respaldo da Igreja. Foi mais uma forma de organizar os fiéis e divulgar a doutrina católica, dificultando a penetração do comunismo. A Igreja pretendia **organizar** o campo, mas mantendo-se sob seu controle. Objetivava formar líderes “*para que todos os sindicatos existentes na zona rural [viessessem] integrar a linha democrata cristã*” (Igreja Católica, SAR, 1961).

Eis aí a estratégia de ação da Igreja para o campo: sindicalismo e educação, respaldados na organização de lideranças e na ação católica. Para levar setores da Igreja Católica a se integrar nas lutas dos trabalhadores no Nordeste, a atuação ou a “ameaça” das ligas camponesas foram decisivas.

Iniciando o processo de sindicalização rural, em 15 de julho de 1960, sob a responsabilidade do setor de sindicalização do SAR, a Igreja diz procurar mostrar ao homem do campo a importância de conhecer sua realidade social e de organizar-se em sindicatos. Dois princípios básicos respaldavam sua ação: lutar pela reforma agrária segundo os princípios cristãos e realizá-la através da educação. Nunca pela luta de classes.

Posteriormente, com a maior participação dos trabalhadores no processo sindical, esses objetivos iniciais foram reformulados. Nos novos objetivos,

a Igreja expõe mais uma vez seu projeto político-ideológico para o campo: de coordenação ao comunismo e ao capitalismo, elaborando uma proposta alternativa - a denominada **terceira via** - que na prática resume-se a um capitalismo reformulado, com a atuação predominante de pequenos proprietários (cooperativismo), sempre que possível em parceria com as políticas governamentais. O veículo para essas mudanças estaria representado nos líderes comunitários, intelectuais formados dentro dos princípios cristãos, que desenvolveriam um trabalho de organização de comunidades, dentro das diretrizes traçadas pela Igreja.

O movimento sindicalista atuou integralmente à Ação Católica, em especial à Juventude Agrária Católica (JAC), criando um sólido vínculo entre a massa camponesa e os assessores católicos facilitando assim a transmissão da visão de mundo própria daquela organização católica.

O sindicalismo rural foi crescendo em todo o Brasil à sombra da Igreja Católica. A criação do governo Goulart da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 11 de outubro de 1962, veio dar novo impulso ao crescimento dos sindicatos rurais, mas também veio minar a influência até então incontestada da Igreja. Esse órgão abriu Delegacias nos Estados, reforçando a direção da política agrícola pelo Governo Federal - numa linha populista, com a participação dos trabalhadores e seus órgãos de classe, que sofriam influência das organizações de esquerda, com predomínio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1964, o Rio Grande do Norte chegou a ter 67 sindicatos rurais, distribuídos em 118 municípios, com cerca de 50.000 associados. O sindicalismo rural, enfim, conseguiu tornar-se uma força na sociedade brasileira.

O sindicalismo rural no Estado estava começando a caminhar com "os próprios pés". Entretanto, o aprofundamento da crise política brasileira e a radicalização da luta de classes engendrou o Golpe de Estado de 1964, pondo um fim das lutas dos trabalhadores. Só restaram prisões, processos, perseguições. Todavia, apesar da movimentação que criou, das lutas que empreendeu, o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte não ultrapassou os limites de uma atuação reformista e legalista embora tenha assumido posições radicais de luta, notadamente nos momentos de crise. A influência dos assessores

católicos e o direcionamento de suas atividades pautadas na Doutrina Social da Igreja foi um elemento de contenção do movimento.

A Igreja, na Arquidiocese de Natal, soube manter-se, em geral, à distância dos conflitos internos e da repressão policial sofrida por um movimento que ela própria ajudara a criar. Em alguns momentos, porém, exerceu uma ação moderadora, entre o poder repressor, emanado do Movimento de 64, e às atividades dos agentes pastorais, conseguindo dar continuidade aos seus trabalhos, embora sem a dimensão antes alcançada.

3. CONCLUSÃO

Pela análise que acabamos de fazer, ressalta-se:

1. que através do Movimento de Natal, aparece a Igreja Católica na sua constituição de hierarquia e laicato, procurando dar uma nova visão social à pastoral e organizar os leigos na Ação Católica:

2. esta organização dos leigos tem o objetivo de divulgar/consolidar o pensamento cristão no seio das populações rurais, construindo aí sua hegemonia.

Um primeiro aspecto a comentar refere-se ao processo de modernização que a Diocese de Natal iniciou em suas atividades pastorais, logo após a 2ª Guerra Mundial, que a tornou pioneira em realizações consideradas, para a época, como inovadoras e impulsionadoras de mudanças sociais. A Igreja local tornou-se, então, objeto de estudo de religiosos e leigos - nacionais e estrangeiros - que procuraram conhecer de perto esse empreendimento, que se tornou conhecido como Movimento de Natal.

A conjuntura do Pós-Guerra possibilitou à Igreja ocupar importante espaço no cenário político do mundo ocidental. A abertura democrática e o avanço do socialismo direcionaram aquela instituição à adoção de uma nova prática pastoral Paiva (1985:57) afirma que foi o "o mundo moderno", pela facção vitoriosa da burguesia ocidental, que solicitou às Igrejas - favorecendo o ecumenismo - "*que fossem ao povo, reconquistassem as massas, deslocassem suas bases sociais das classes médias para as camadas subalternas*".

Nessa perspectiva, a Arquidiocese de Natal, antecipando-se à Igreja Católica no Brasil, iniciou progressivo deslocamento de sua ação, passando a interagir através da Ação Católica com o meio social, sendo a zona rural o setor preferencial dessa ação.

Em segundo lugar, essa ação da Igreja Católica, no Rio Grande do Norte, deu-se em comum acordo com o Estado, no âmbito das políticas governamentais implementadas, principalmente, na década de 50 para a área rural. Haja vista, o convênio assinado com a CNER que representou uma importante etapa de trabalho realizado em parceria - Igreja e Estado.

A Igreja passou a receber não só ajuda financeira, mas também orientação técnica. Os pressupostos teórico-metodológicos que embasavam os trabalhos da CNER foram assimilados pelo movimento educativo desenvolvido pela Arquidiocese de Natal. Surgiram, então, as Missões Rurais, os centros de treinamentos de líderes, a utilização da técnica de desenvolvimento de comunidade. Até mesmo na fase considerada mais progressista de suas atividades, quando iniciou o trabalho com as Escolas Radiofônicas/MEB e com o sindicalismo rural, a Igreja contou com amplo respaldo das políticas governamentais.

Por último, como aspecto mais importante a ressaltar, observa-se que a Igreja Católica de Natal, em sintonia com a Igreja Católica do Brasil, desenvolveu um trabalho de formação de **quadros leigos**, tendo como diretor e ator da cena a Ação Católica, uma vez que esse organismo sempre foi diretamente controlado pela hierarquia.

No caso do Rio Grande do Norte, a Ação Católica foi estruturada pela Igreja, para atuar, notadamente, junto às populações rurais, com o objetivo de organizá-las e difundir o ideário católico, fazendo frente à expansão comunista na área rural.

A Igreja criou as lideranças comunitárias (o monitor da Escola Radiofônica, o líder da JAC, o líder sindical, etc.) que iriam agir como "fermento na massa" consolidando a hegemonia da Igreja na sua comunidade de fiéis.

É nesse momento que a Igreja, por meio da Ação Católica, passa a atuar como um partido, no sentido gramsciano, pois naquela conjuntura histórica e diante de uma determinada correlação de forças, vai tecendo a sua hegemonia, através de eficazes mecanismos de formação de intelectuais que irão servir de interlocutores entre a instituição e as massas rurais.

Em Natal, a Igreja incentivou principalmente o cooperativismo como solução para os problemas econômicos-financeiros das populações por ele trabalhadas; surgiram cooperativas artesanais, de pesca e agrícola. No fundo, a Igreja, mesmo nos setores mais progressistas, propunha estáveis reformas sociais, que permitissem melhores condições de vida aos trabalhadores, porém, dentro de estrutura capitalista de produção.

É nesse sentido que alguns autores acreditam que a Igreja não avançou, mas retardou as lutas da classe trabalhadora em busca de transformações mais radicais da sociedade.

Algumas facções que se insurgiram contra esse modo de agir da Igreja, ou tiveram que rever suas posições, ou se afastaram das atividades da Igreja. Nesses casos, a instituição católica exerceu um grande controle - ou um a "disciplina de ferro" - sobre seus intelectuais, notadamente quando se trata, como diz Gramsci (1986:161) de "*ativo intelectual católico*". E a Igreja de Natal não fugiu à regra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALAZANS, Maria Julieta C. **Os trabalhadores e a sindicalização**: uma prática. Rio de Janeiro: 1983 (mimeo).
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP. Ed. Brasileira de Ciências, 1971.
- ENGELKE, Inocência. **Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural**. In: CNBB. Pastoral da Terra. São Paulo. Edições Paulinas, 1970 (Estudos da CNBB, 11).

- FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: uma análise prática pedagógica do MEB: 1961-1966.** São Paulo, 1984 (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o movimento de Natal.** Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.
- PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985.

NOTAS

- ¹ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Doutora em Educação pela PUC/SP.
- ² No âmbito deste trabalho, "ação educativa" será entendida na concepção gramsciana de que toda relação pedagógica não pode limitar-se às relações especificamente escolásticas. Esta relação existe em toda a sociedade, no seu conjunto, pois toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica (Gramsci:1981).
- ³ Atualmente Pe. Nivaldo Monte é Arcebispo aposentado da Arquidiocese de Natal e Pe. Eugênio Sales, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.